

Os credores pressionam a Argentina

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e os bancos privados que participam da renegociação da dívida externa da Argentina estão pressionando o país para que resolva imediatamente o impasse criado com a decisão do juiz federal Federico Pinto Kramers, que determinou o "congelamento" das negociações sobre o refinanciamento da dívida das empresas estatais argentinas e das empresas particulares avalizadas pelo governo até que seja concluída a investigação judicial sobre o montante real dessas dívidas.

O governo argentino foi notificado pelo FMI e pelos bancos credores de que novos recursos não serão liberados até que o impasse seja solucionado, e fixaram como data máxima para a solução do problema o dia 17 de outubro próximo. Se nada for decidido até essa data, a Argentina será declarada inadimplente, pois nesse dia vence a primeira amortização do empréstimo-ponte de US\$ 1 bilhão concedido ao país pelo FMI no ano passado.

Na verdade, a Argentina já está numa

situação muito difícil, bem próxima à declaração da inadimplência, uma vez que hoje, dia 30, vence uma parcela de US\$ 300 milhões referentes somente a juros, cujo pagamento já foi outras vezes postergado. O governo pensava cobrir esse compromisso, hoje, com US\$ 300 milhões correspondentes a um crédito a médio prazo que recentemente foi outorgado ao país pelos bancos credores internacionais; mas os banqueiros decidiram condicionar a liberação do dinheiro à solução do impasse criado pelo juiz federal.

O juiz Federico Kramer considera que, nos contratos de renegociação da dívida externa das empresas estatais e privadas garantidas pelo Estado — num total de quase US\$ 10 bilhões —, existem cláusulas que afetam a soberania nacional, especialmente a cláusula de "jurisdição externa", que estabelece que as eventuais diferenças entre a Argentina e seus credores "deverão ser resolvidas nos tribunais de Nova York".

O presidente argentino, general Reynal-

do Bignone, que acatou a decisão judicial, assumiu "toda a responsabilidade que puderem imputar-me" pela renegociação da dívida externa, atitude interpretada como "respaldo direto" ao ministro da Economia, Jorge Wehbe, que vem sendo duramente questionado por todos os partidos políticos pelos termos usados no acordo de renegociação.

O ministro Jorge Wehbe está em Washington, participando da assembléia do FMI-Banco Mundial acompanhado da delegação argentina, e ficou sabendo lá mesmo da decisão do Fundo e dos bancos de não liberar os recursos. Mas essa pressão parece não ter mudado a posição do juiz Federico Kramer, que decidiu ontem mesmo convocar o ministro Wehbe para depor sobre o assunto.

— Estou investigando se houve excesso de facilidades e, se há um delito, tem de haver um responsável, que será submetido à Justiça — disse ontem o juiz Kramer a nosso correspondente em Buenos Aires, Hugo Martinez.